

Editora Zain

Os peixes também sabem cantar

Halldór Laxness

TRADUÇÃO DO ISLANDÊS, NOTAS E POSFÁCIO
Francesca Cricelli e Luciano Dutra

zain

© The Estate of Halldór Laxness, 1957
Publicado em acordo com Licht & Burr Literary Agency, Dinamarca,
em nome da Forlagid, Islândia.
© Editora Zain, 2025

Todos os direitos desta edição reservados à Zain.

Título original: *Brekkukotsannáll*

Esta tradução foi realizada com o apoio financeiro da Icelandic Literature Center.



Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor em 2009.

EDITOR RESPONSÁVEL

Matthias Zain

PREPARAÇÃO

Mariana Donner

PROJETO DE CAPA

Violaine Cadinot

REVISÃO

Cristina Yamazaki
Juliana Cury | Algo Novo Editorial

PROJETO DE MIOLO

Julio Abreu

IMAGEM DE CAPA

tofutyklein/ Shutterstock

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Laxness, Halldór

Os peixes também sabem cantar / Halldór Laxness ; tradução Francesca Cricelli e Luciano Dutra. – 1ª ed. – Belo Horizonte, MG : Zain, 2025.

Título original: *Brekkukotsannáll*

ISBN 978-65-85603-20-1

1. Ficção islandesa I. Título.

25-250661

CDD-839.69

Índice para catálogo sistemático:

1. Ficção : Literatura islandesa 839.69

Eliane de Freitas Leite – Bibliotecária – CRB-8/8415

Zain

R. São Paulo, 1665, sl. 304 – Lourdes
30170-132 – Belo Horizonte, MG
www.editorazain.com.br
contato@editorazain.com.br
instagram.com/editorazain

Os peixes também sabem cantar

1

Um bicho estranho

Um sábio afirmou que, excetuando a perda da mãe, não há nada melhor para uma criança do que perder o pai. Longe de mim endossar por completo essa afirmação, mas tampouco ousaria refutá-la de maneira cabal. Pela parte que me toca, eu formularia essa hipótese isento de qualquer ressentimento com relação ao mundo; ou antes, talvez, sem a mágoa que o mero som dessas palavras comporta.

Contudo, independentemente do que as pessoas acham, tocou a mim me criar neste mundo sem pai nem mãe. Não chego a ponto de dizer que isso foi minha bênção, pois seria um exagero. Porém, tampouco posso dizer que foi uma maldição, ao menos não no que me diz respeito, porque eu tive um avô e uma avó. A bem da verdade, não seria descabido afirmar que a maldição maior coube ao meu pai e à minha mãe, não porque com o tempo eu me revelasse um filho exemplar, pelo contrário, mas sim porque os filhos são de fato mais necessários aos pais do que os pais aos filhos. Mas essa é outra história.

Para encurtar e ir logo ao assunto, era uma vez, ao sul do cemitério da nossa futura capital Reykjavík, lá onde a encosta começa a baixar em direção ao extremo meridional do lago, mais exatamente no terreno onde Guðmundur Gudmunson, filho de Jón Guðmundsson, dono do Empório Gudmunson, mais tarde mandou construir um sobrado suntuoso, era uma vez ali um casebre de turfa com dois frontões cujas empenas davam para a margem sul do lago. O lugar era conhecido pelo nome

de Brekkukot, isto é, “A Encosta”. Lá vivia meu avô, o finado Björn de Brekkukot, que costumava pescar peixe-lapa na primavera, e com ele a mulher que foi mais próxima de mim do que a maioria das mulheres, apesar de eu saber pouca coisa a respeito dela: minha avó. Aquele tugúrio de turfa era albergue gratuito para quem quisesse. Na época em que eu vim ao mundo, o casebre estava sempre abarrotado de pessoas hoje chamadas de refugiados, ou seja, pessoas que deixaram sua terra, partindo do seu torrão e lar aos prantos, porque as condições de vida ali são tão precárias que seus filhos morrem antes de crescer.

Eis que um dia, segundo me contaram, apareceu por lá uma jovem mulher vinda de algum ponto do oeste do país. Ou seria do norte? Ou talvez do leste? Essa mulher estava a caminho da América, fugindo da pobreza, do abandono e do jugo dos poderosos da Islândia. Também me contaram que sua passagem foi paga pelos mórmons, e ouvi dizer que há mesmo excelentes pessoas entre os seguidores dessa doutrina no continente americano. Sem entrar nesses detalhes, o fato é que a tal mulher resolveu parir enquanto pousava em Brekkukot à espera do navio. Depois de dar à luz o filho, ela observou o bebê e disse:

“Ele vai se chamar Álfur.”

“Eu o batizaria Grímur”, disse minha avó.

“Então vamos chamá-lo Álfgrímur”, minha mãe retrucou.

Assim, a única coisa que aquela mulher me deu, além do corpo e da alma, foi esse nome: Álfgrímur. Como todos os filhos sem pai na Islândia, recebi o patronímico Hansson.* Em seguida, a mulher me entregou nu como vim ao mundo, com

* O usual pelo sistema onomástico tradicional na Islândia eram os nomes seguidos do sobrenome paterno, por exemplo: Jón Einarsson, isto é, “Jón, filho de Einar”. O patronímico “Hansson”, literalmente “filho dele”, era tradicionalmente usado no caso de paternidade incerta ou quando se preferia ocultar, por se tratar de crianças geradas fora do matrimônio ou em outra situação socialmente vedada ou malvista. [Esta e as demais notas de rodapé são dos tradutores.]

esse nome tão peculiar, no colo do finado Björn, o pescador de peixe-lapa de Brekkukot, e caiu no mundo. E dela nada mais consta nesta história.

Início então este livro falando do velho relógio carrilhão que tiquetaqueava na nossa sala em Brekkukot. O sino desse relógio era de prata; sua badalada emitia um som puro que se ouvia não apenas em toda a nossa casa, mas também no cemitério. E lá no cemitério havia outro sino, este de cobre, que respondia com uma sonoridade grave que chegava até a nossa casa. Assim, era possível, em certas condições meteorológicas, escutar naquele casebre de turfa o badalar harmônico de dois sinos, um de prata e outro de cobre.

O disco do nosso carrilhão é decorado, e no centro do desenho pode-se ler que foi confeccionado pelo senhor James Cowan, em Edimburgo, no ano de 1750. Esse relógio fora sem dúvida concebido para uma casa bem diferente do casebre de Brekkukot, pois foi preciso cortar seu pedestal para que ele coubesse sob nosso teto. Aquele relógio batia os segundos lenta e cerimoniosamente, e desde o princípio desconfie que nenhum outro merecia ser levado a sério. Comparados com o nosso carrilhão, os relógios de bolso me pareciam crianças que ainda não sabem falar. Os segundos nos outros relógios eram como insetos numa corrida desenfreada contra si mesmos, enquanto no relógio dos meus avós, eram como vacas movendo-se na maior lentidão, sem, no entanto, ficarem paradas.

Desnecessário dizer que, quando havia movimento na sala, não se ouvia nenhum som sair daquele relógio, quase como se ele nem sequer existisse; mas quando tudo era silêncio, uma vez tirada a mesa e trancada a porta da frente, depois de as visitas se retirarem, ele recomeçava, imperturbável, e quem lhe prestasse ouvido atento podia por momentos distinguir, em meio aos ruídos do mecanismo, como que uma nota cantada, ou uma espécie de eco.

Mas de onde eu tirei a ideia de que dentro daquele relógio

vivia um bicho estranho, nada menos que a eternidade? Bem, um belo dia me ocorreu que, no seu tique-taque, o carrilhão destacava uma palavra de cinco sílabas, a última delas apocopada: eter-nidade, eter-nidade, eter-nidade. Será possível que naquela altura eu já conhecesse essa palavra?

Estranho eu ter descoberto a eternidade desse modo, muito antes de saber o que significava, antes mesmo de conhecer o clichê de que todos os homens são mortais, veja só que coisa, enquanto eu mesmo vivia de fato dentro da própria eternidade. É como se o peixe de repente descobrisse a água em que nada. Puxei o assunto com meu avô uma vez em que calhou de estarmos só ele e eu na sala.

“O senhor entende esse relógio?”, perguntei.

“Aqui em casa sabemos muito pouco desse relógio. Só que ele mostra o dia da semana e do mês, além das horas, dos minutos e segundos. Mas o tio-avô da tua avó, que foi dono desse relógio por sessenta e cinco anos, me contou que ouviu da boca do dono anterior que ele também mostrava as fases da lua, isso até um relojoeiro mexer no mecanismo. Os antepassados da família da tua avó juravam que esse relógio podia prever casamentos e mortes. Mas eu não acredito muito nisso não. Bem, acho que acredito só um pouquinho, meu minino”, ele respondeu.

“Por que esse relógio sempre diz eter-nidade, eter-nidade, eter-nidade?”, perguntei.

“Deves estar ouvindo mal, meu minino”, respondeu meu avô.

“Então a eternidade não existe?”, perguntei.

“Só a que aparece nas orações que escutas tua avó rezar à noite e no devocionário que eu leio aos domingos, meu minino”, ele respondeu.

“Me diga uma coisa, vovô. A eternidade é um bicho?”, perguntei então.

“Deixa de pensar bobagens, meu minino”, meu avô respondeu.

“Me diga uma coisa, vovô. Algum relógio além do nosso merece ser levado a sério?”

Ele respondeu:

“Não mesmo. O nosso relógio funciona muito bem. Isso porque há muito tempo não deixo relojoeiro nenhum mexer nele. Afinal, nunca encontrei um relojoeiro que entendesse esse carrilhão. E quando eu não consigo consertá-lo por conta própria, chamo um quebra-galho qualquer — eles fazem menos estragos que os relojoeiros.”

2

Tempo abençoado

Quando não estou na sala escutando o bicho estranho dentro do carrilhão, muitas vezes estou brincando na horta. Os tufos de mato entre as pedras do calçamento me batiam na cintura, já as labças e as tasneiras eram da minha altura, e as angélicas, ainda mais altas. Naquela horta, os dentes-de-leão cresciam mais do que em outros lugares. Tínhamos umas poucas galinhas, que botavam ovos com gosto de peixe. O cacarejo dessas galinhas me chegava de manhã bem cedo, quando elas vinham bicar a terra rente à parede da casa. Era um som confortável, e eu não tardava em adormecer outra vez. Às vezes, ao meio-dia, elas também cacarejavam ao desfilarem de um lado para o outro no galinheiro, e eu caía outra vez em transe embalado por aquele som e pelo perfume das tasneiras. Tampouco posso deixar de agradecer à nossa querida varejeira por sua contribuição ao transe da canícula: ela era tão azul que os raios de sol lhe conferiam certo tom de verde; e o tom vibrante da vida terrena não soava menos intenso nas suas cordas afinadas.

Quer eu estivesse brincando na horta, na frente da casa ou na trilha, meu avô estava sempre por perto no seu silêncio onisciente. Havia sempre alguma porta aberta ou entreaberta, fosse a da frente de casa ou a do barracão de salga, a da cabana das redes ou a do estábulo, e ele lá dentro fazendo alguma coisa. Às vezes, estava desenredando a maçaroca das redes na mureta de pedra, ou então consertando alguma coisa. Ele nunca ficava de braços cruzados, mas era como se nunca estivesse trabalhando no sentido

próprio da palavra. Não demonstrava qualquer sinal de saber que o menino andava por perto, e eu tampouco ficava pensando nele, mas de alguma maneira sentia instintivamente que ele estava logo ali atrás. A longos intervalos, eu o ouvia assoar o nariz e em seguida cheirar mais uma pitada de rapé. Aquela presença muda em cada palmo de Brekkukot era como estar preso a uma âncora: a alma encontrava nele a ansiada segurança. Ainda hoje, muitas vezes tenho a sensação de que uma porta está entreaberta em algum lugar às minhas costas ou na diagonal, ou mesmo bem à minha frente, e meu avô querido lá dentro fazendo alguma coisa. Portanto, nada mais justo, ao descrever o meu mundinho, que eu comece falando dele, do meu avô.

O finado Björn de Brekkukot foi concebido e nasceu nesta parte do mundo. O pai dele morou aqui em Brekkukot na época em que ainda era um terreno com pastagens na margem sul do lago, onde mais tarde foi aberta uma turfeira para abastecer nossa futura capital. Naquela época, reinavam aqui vice-reis dinamarqueses. Porém, no início desta minha história, o país era administrado por um governador-geral islandês, denominado conselheiro real, pois se subordinava à autoridade do rei da Dinamarca, bem como ao arremedo de parlamento que supostamente legislava no país. Quando meu avô nasceu, viviam menos de duas mil pessoas na capital. Quando eu era criança, a população beirava os cinco mil habitantes. Quando meu avô era criança, eram recenseados nesta localidade apenas um punhado de funcionários públicos, denominados autoridades ou dignitários, além de alguns comerciantes estrangeiros, sobretudo judeus da Eslésvico-Holsácia, falantes do baixo-alemão que se diziam dinamarqueses. Naquele tempo, contudo, os judeus eram proibidos de exercer o comércio na Dinamarca propriamente dita; podiam apenas nos ducados dinamarqueses e aqui na Islândia. Os demais habitantes da localidade eram trabalhadores que tiravam seu sustento do mar, e muitos deles compartilhavam uma única vaca ou alguns borregos. Possuíam peque-

nos barcos a remo e eventualmente içavam vela. Quando meu avô era criança, todos se sustentavam com o peixe que pescavam, exceto as autoridades e os comerciantes, que comiam sobretudo carne vermelha. Porém, quando a localidade cresceu e passou a se estabelecer algo parecido com uma vida urbana, caracterizada por certa divisão do trabalho, surgiram artesãos e estivadores sem trato com o mar, começou a circular de mão em mão um pouco de dinheiro e um ou outro homem passou a exercer o trabalho de pescar para alimentar terceiros. Um dos que exerciam esse trabalho era meu avô. Ele não era um armador no sentido de amealhar algum patrimônio. Não pescava como aqueles rentistas então denominados armadores. Jamais se enquadrava na categoria dos indivíduos que produziam um excedente de peixe seco para vender em consignação aos comerciantes, dos que acumulam prata ou ouro numa arca e começam a comprar terras ou lotes a torto e a direito ou adquirem cotas num navio com convés, como então estava se tornando moda. Ele costumava partir em seu barco a remo de manhã bem cedo, quando o mar estava para peixe, fosse de Grófin ou de Bótin, levando algum ajudante, lançando suas redes em algum ponto bem em frente às ilhotas, quando muito remando devagar e sempre até Svið. Quando ele voltava, minha avó querida e eu o aguardávamos com uma garrafa de café envolta numa meia de lã e fatias de pão de centeio enroladas num lenço vermelho. Depois meu avô levava o pescado num carrinho de mão para vendê-lo à vista no centro da cidade, na própria rua ou de porta em porta. Na temporada de inverno e também no final do verão, ele pescava sobretudo bacalhau e eglefim, mas muitas vezes linguado ou até mesmo alabote. Outras espécies não havia. O peixe que não vendia de imediato, meu avô limpava em casa e punha para secar, pendurado nas vigas do barracão de salga. Chegado o final do inverno, suspendia a pesca de voga, como se dizia na época, e se dedicava a pescar peixe-lapa. Ele o apanhava perto dos bancos de algas, tanto no fiorde de Skerjafjörður como

na região de Grandi. Não sei se as pessoas em geral sabem que o peixe-lapa se divide em duas variedades que correspondem à fêmea e ao macho da espécie: este é conhecido por seu colorido belíssimo, além de ser muito saboroso, ao passo que a fêmea é considerada inferior, e por isso costuma ser reservada à salga. Quem se dedica à pesca do peixe-lapa nunca é chamado de lapeiro, mas sempre de lapeira. Meu avô era um desses. Na península de Suðurnes, considera-se chegada a primavera quando os cardumes de peixe-lapa macho começam a aumentar e as velas enceradas dos franceses rebrilham na baía de Faxaflói. Perto do final do inverno, meu avô sempre estava na cidade com seu carrinho de mão, bem de manhãzinha, já perto da hora de despertar, vendendo peixe-lapa fresco. Na Islândia, os homens que remam assim, perto da costa, não costumam ser considerados marinheiros. Duvido que meu avô alguma vez tenha saído a mar aberto em toda a sua vida. Tampouco cabe chamá-lo de agropescador, por mais que ele remasse até o banco de algas acompanhado de algum ajudante ou lançasse as redes ao mar só até onde a braçada alcançava. Em outros países, um sujeito que sai remando um barquinho em plena madrugada e leva o peixe de porta em porta na hora de despertar seria chamado de pescador ou peixeiro. Meu avô também lembrava um pouco os pescadores das pinturas estrangeiras, a não ser pelo fato de ele nunca calçar botas, muito menos tamancos, pois sempre calçava aqueles mocassins tradicionais conhecidos como sapatos islandeses, que eram feitos em casa com pele de carneiro curtida. Quando ia pescar debaixo de chuva ou quando as ondas estavam altas e respingavam, ele vestia calças de pescador e jaqueta de pesca, ambos feitos de pele de carneiro impermeabilizada com óleo de fígado de bacalhau. Quando circulava pela cidade, ele calçava seus sapatos islandeses verdes e meias de lã azuis de punho branco, tricotadas pela minha avó querida, e, quando o tempo estava úmido, enfiava a barra das calças dentro das meias. E por mais que as ruas estivessem enlameadas,

jamais se via qualquer sujeira nos sapatos ou nas meias dele. Ele usava a barba abaixo do queixo como os pescadores holandeses ou dinamarqueses das pinturas, cabelos curtos com mechas brancas, cortados reto na nuca e, quando não levava seu chapéu de pescador, usava um chapéu preto de aba larga, do tipo conhecido como chapéu de pastor na Alemanha e chapéu de artista na Dinamarca, de copa baixa e vincada, com forro de seda vermelha, chapéu esse que nunca era novo, até onde eu me lembro, mas também nunca era velho, e tinha sempre os mesmos vincos. Mas certa vez o vento o arrancou da cabeça do meu avô querido, e então ele pediu para minha avó querida pregar no chapéu um par de barbicachos, e desde então ele o prendia sob o queixo nos dias de ventania.

No nosso barracão de salga, que servia também como depósito de aparelhos de pesca, o peixe-lapa fêmea semiseco pendia até bem entrada a primavera, além de peixe-lobo seco, alabote e hadoque. Às vezes, meu avô fazia patê de fígado num fogo a céu aberto ao sul do barracão. O ranço do peixe-lapa e o cheiro de óleo de fígado e de gordura de peixe mesclavam-se ao cheiro de mato novo, das tasneiras e das angélicas, da fumaça de turfa que saía da chaminé da minha avó querida. Na época em que as varejeiras começavam a pôr seus ovos, todo o peixe já devia estar seco e fora do barracão. As escamas reluziam sobre cada pedra dos muros de Brekkukot, bem como nas vigas do barracão e nos montes de turfa empilhada na sua parte norte. As escamas reluziam também no lamaçal que se formava entre o barracão e a casa quando chovia, e tudo no nosso terreno estava coberto de fígado de peixe e seu óleo, até a cruzeta que girava horizontalmente sobre o próprio eixo na cancela do jardim atrás da casa. No extremo sul do terreno, no ponto mais distante da casa propriamente dita, ficava o depósito do meu avô querido, este também dividido ao meio, com piso de madeira num dos lados, onde ficavam guardados todos os tipos de produto, pois tínhamos o costume de comprar tudo para o lar uma vez a cada

semestre. Salgávamos a carne em barris, em quantidade suficiente para um ano de consumo. Na outra metade do depósito moravam os queridos Gráni e Skjalda. Portanto o cheiro de peixe e de fumaça não se misturava apenas ao cheiro de matto, mas também ao de cavalo e de vaca.

E o dia de verão ia passando.

Lá estou eu sentado na horta brincando naquele dia de verão, as moscas zumbindo, o cacarejar das galinhas e a cabana das redes do meu avô querido com a porta entreaberta e o sol brilhando no céu sem nuvens, com a máxima claridade que o sol consegue refulgir nesta vida terrena, quando vejo um homem caminhando rente ao muro do cemitério, carregando nos ombros, com enorme esforço, o peso considerável de uma saca abarrotada. O homem irrompeu com saca e tudo pelo nosso portão, que não tinha mais do que cerca de meio metro de largura, ou seja, não restava dúvida alguma de que ele se dirigia à nossa casa. Na verdade, não me lembro se o reconheci de algum lugar naquele momento, mas depois disso eu o reconheci toda vez que o via. Era um desses sujeitos a quem chamam de tarefeiros, que às vezes iam pescar com meu avô no barco a remo ou o ajudavam a limpar o peixe. Parece que ele tinha uma pequena parcela de terra em Skuggahverfi, onde vivia com uma penca de filhos pequenos, mas isso não tem nada que ver com a minha história. Acho que era conhecido como Jói de Steinbær. Menciono aqui esse caso porque sempre o recordei com apreço, e minha história ficaria de certo modo incompleta se eu não o contemplasse aqui. Contudo, antes de prosseguir com o caso, gostaria de advertir que não se deve esperar aqui uma revelação extraordinária nem qualquer relato épico. Como eu ia dizendo, o homem tira a saca dos ombros, ali na trilha em frente à casa, senta-se sobre o fardo e começa a enxugar o suor do rosto com a manga da camisa. E então se dirige a mim, o menino, perguntando assim:

“O capitão Björn, teu avô, acha-se em casa?”

Quando meu avô saiu da cabana das redes e surgiu na trilha, bem ali onde o sol brilhava nas escamas de peixe, o visitante se levantou, caiu de joelhos diante da sua carga, tirou o chapéu e começou a retorcê-lo, baixou a cabeça e disse:

“Roubei-te essa turfa de madrugada, meu caro Björn, lá da pilha que tens junto ao muro norte do barracão.”

“Ai, ai. Que coisa feia. E isso uma semana depois de eu te dar um saco de turfa”, retrucou meu avô.

“É, nem consegui pregar o olho a noite toda de tão arrependido. Tampouco consegui tomar o meu café aguado de manhã. Sei que daqui em diante não terei sequer um dia alegre se não me perdoares”, continuou o ladrão.

“Bem, isso é um problema e tanto, mas tenta ficar em pé ao menos enquanto conversamos, e bota esse chapéu na cabeça”, disse Björn de Brekkukot.

“Acho que nunca mais vou conseguir ficar em pé na minha vida”, devolveu o ladrão. “Muito menos botar o chapéu na cabeça.”

Meu avô cheirou rapé com certa cerimônia e disse:

“É, seria esperar muito que tivesses alguma paz de espírito depois de cometer uma barbaridade dessas. Aceitas um pouco de rapé?”

“Agradeço a gentileza, mas acho que não mereço”, respondeu o ladrão.

“Bem, tu que sabes, cuitadinho. Mas num caso como este, preciso refletir. Por favor, não queres entrar e tomar uma xícara de café enquanto conversamos?”, meu avô perguntou.

Deixaram o butim no meio da trilha e entraram na casa. E o sol reluzia sobre a saca de turfa.

Foram até a sala.

“Toma assento e deixa de lamento”, disse meu avô.

O ladrão colocou o chapéu com a copa amarrotada debaixo da cadeira e se sentou.

“Nossa, que tempo abençoado, esse. Acho que deu peixe todos os dias desde o finzinho do inverno”, disse meu avô.

“É. Tempo abençoado”, ecoou o ladrão.

“Poucas vezes vi um hadoque como o desta primavera: de carne vermelha e cheirosa”, disse meu avô.

“É, um hadoque bem gordo”, disse o ladrão.

“E como cresceu o feno!”, exclamou meu avô.

“Sim, com certeza. Como cresceu!”, disse o ladrão.

A minha avó lhes serviu café. E eles continuaram conversando sobre a temporada na terra e no mar, tudo isso enquanto bebiam. Quando o café acabou, o ladrão se levantou e agradeceu com um aperto de mão. Recolheu seu chapéu do chão e preparou-se para se despedir. Meu avô o acompanhou até a trilha, e o ladrão voltou a retorcer o chapéu entre as mãos.

“Tens alguma coisa para me dizer antes de eu partir, meu caro Björn?”, perguntou o ladrão.

“Não, não tenho. A barbaridade que fizeste nem deus seria capaz de perdoar”, disse meu avô.

O ladrão deu um suspiro e disse baixinho:

“Bem, meu caro Björn, agradeço cordialmente o café, tchau e que deus te proteja hoje e para todo o sempre.”

“Adeus”, disse meu avô.

Porém, quando o visitante ia cruzando o portão com seu chapéu, meu avô foi atrás dele e perguntou:

“Ah, não queres levar essa porcaria de saco e o que tem dentro dele, cuitadinho? Pois que diabo me importa um reles saco de turfa!”

O ladrão desfez o caminho, foi até meu avô e voltou a apertar sua mão em agradecimento, sem conseguir dizer palavra. E caiu no choro enquanto botava o chapéu na cabeça. Depois, colocou a saca de turfa outra vez nos ombros, saiu com ela portão afora e se foi pelo mesmo caminho que havia chegado naquele dia de tempo abençoado.